

contratação para contagem do tempo de contribuição, durante o desenvolvimento da pesquisa, para aposentadoria.

“Na melhor das hipóteses, um pós-graduando passa dois anos no mestrado e quatro no doutorado. Daí, ele entrará no mercado de trabalho aos 30 anos, enquanto muitos trabalhadores já estão contribuindo com a Previdência. Então, nosso atual sistema de bolsas atrasa muito a contagem do tempo para a fins de aposentadoria de um pós-graduando”, diz.

Para a Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG), a seguridade social de estudantes deve ser garantida. Vinicius Soares, presidente da associação, defende uma “cesta de direitos básicos” para os pós-graduandos. Para ele, “nada mais justo do que o próprio Estado brasileiro reconhecer a produção científica como uma condição laboral”, mas as garantias também devem incluir direitos como assistência estudantil e acesso ao restaurante universitário.

Caroline Araújo, de 27 anos, começou agora o doutorado em medicina tropical na UnB. Para ela, não possuir plano de carreira é “desesperador, é como jogar seu trabalho no lixo, em relação a uma futura aposentadoria”. Ela também se preocupa com oportunidades no mercado de trabalho: “Eu não sei se vou conseguir um trabalho, o mercado está superfaturado e muitas empresas preferem pagar por mão de obra barata e não qualificada”.

Apesar das dificuldades, ela pretende seguir na carreira acadêmica, pois seu sonho é ser pesquisadora. “Cabe a nós lutar por nossos direitos. O governo deve valorizar o nosso trabalho, porque não recebemos o que merecemos e não temos direitos trabalhistas”, afirma.

Evasão

Um dos principais motivos para evasão na pós-graduação é para ingresso no mercado de trabalho. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), quase 60% dos alunos de graduação de universidades públicas e privadas desistem do curso. Embora não se tenha dados consolidados para a pós-graduação, entidades acreditam que o cenário seja parecido.

Para o mestrando Luís Henrique Belém, o baixo financiamento da ciência afeta mais quem está no início da carreira

Arquivo pessoal



Denise de Carvalho, presidente da Capes, diz que programas de pós estão se reerguendo

Arquivo pessoal



Vinicius Soares, presidente da ANPG, defende cesta de direitos para pós-graduandos

Arquivo pessoal



Charles Santos, presidente do Foprop: reajustes nas bolsas são insuficientes

acadêmica. “Não há valorização das instituições públicas e também do Estado como um todo, principalmente em relação ao financiamento das nossas pesquisas e às possibilidades de ofertas concretas para que a gente possa se dedicar exclusivamente à pesquisa”, relata.

A presidente da Capes concorda e alerta: a evasão no mestrado acarreta uma baixa formação de doutores no Brasil, em comparação a outros países que investem em ciência e tecnologia. Denise comenta que, entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne

38 das economias mais avançadas do mundo, a média de formação de doutores é de 1%. No Brasil, o índice é cinco vezes menor, apenas 0,2%. Com a falta de incentivos, há uma “fuga de cérebros” para fora do país, em uma tentativa de conseguir melhores oportunidades.

“Quando nós olhamos para os países desenvolvidos, aqueles que têm o maior Produto Interno Bruto, não é à toa que eles têm maior número percentual de doutores. Esses países geram e exportam alta tecnologia por intermédio das pesquisas”, diz. Ela também destaca que o país deve investir nos seus profissionais para garantir o

Divulgação/ Academia Brasileira de Ciências



“Brasil vê a ciência como gasto”, afirma Helena Nader, presidente da ABC

Arquivo pessoal



Na visão de Olival Freire, diretor do CNPq, há “insegurança jurídica” para aposentadoria

Arquivo pessoal



Lúcia Melo, conselheira da SBPC, enfatiza a força de trabalho feminina

Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O CNPq lançará duas chamadas públicas no primeiro trimestre de 2024 para contratação de até 380 projetos com vigência de 48 meses, prorrogáveis por mais 12 meses. Serão concedidas bolsas mensais de R\$ 13 mil para doutores e R\$ 10 mil para mestres, além de outros direitos trabalhistas e recursos em capital e custeio para manutenção do projeto no valor de até R\$ 400 mil ou visitas a centros de excelência no exterior no valor de até R\$ 120 mil.

Equidade

Entre os estudantes da pós-graduação e docentes do ensino superior, existe uma predominância de brancos. A conclusão é de um levantamento feito em 2021 pelo professor Luiz Mello, da Universidade Federal de Goiás (UFG), com base em dados da Capes e do Inep. De acordo com o estudo, quase 47% dos pós-graduandos em instituições públicas se autodeclararam brancos, contra pouco mais de 10% de negros, amarelos e indígenas. A maioria é de mulheres, ocupando cerca de 54% do total de matriculados. Na docência, 53% são brancos, com predominância de homens.

Dados da revista Fapesp deste ano mostram que houve avanços na equidade de gênero na docência nos últimos 12 anos, mas o número de mulheres em bolsas de produtividade do CNPq, concedida a pesquisadores que se destacam em suas áreas de atuação, ainda é muito baixo. Segundo uma pesquisa do Parent in Science, movimento que busca igualdade na ciência para mães e pais, elas são menos de 36% dos bolsistas.

A conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) Lúcia Melo afirma que a força de trabalho nas carreiras de ciência, tecnologia e inovação pode ser ampliada com o emprego de mais mulheres nesses postos: “A gente tem um contingente feminino importante na pós-graduação ou crescente em algumas áreas, mas o emprego das mulheres na pesquisa e no desenvolvimento das empresas ainda é pequeno”. Para ela, é fundamental criar condições para atraí-las para os campos científicos, “respeitando a trajetória feminina dentro do seu papel na sociedade”.

***Estagiária sob a supervisão de Priscila Crispi**